

Título do capítulo	PREFÁCIO – O RETRATO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA
Autores(as)	Gabriela Lotta
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-047-9/prefacio

Título do livro	TRAJETÓRIAS DA BUROCRACIA NA NOVA REPÚBLICA: HETEROGENEIDADES, DESIGUALDADES E PERSPECTIVAS (1985-2020)
Organizadores(as)	Felix G. Lopez José Celso Cardoso Junior
Volume	-
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2023
Edição	1ª
ISBN	978-65-5635-047-9
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-047-9

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2023

As publicações do Ipea estão disponíveis para **download** gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

O RETRATO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Quem estuda a formação do Estado brasileiro sabe que o governo Getúlio Vargas promoveu alguns dos marcos centrais da profissionalização da administração pública brasileira. Além do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), sempre citado pelos estudiosos, Getúlio Vargas nos brindou com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nascido em 1936 para cumprir a missão de sistematizar dados e informações sobre a realidade socioeconômica do Brasil e permitir à sua população fortalecer o exercício da cidadania. Passados mais de oitenta anos, não restam dúvidas da relevância que os dados retratados pelo IBGE tiveram no desenvolvimento social, político e econômico do país, ao fornecerem informações acuradas que permitiram ao Brasil se conhecer e decidir seu futuro.

Desde o governo Getúlio Vargas, avançamos profundamente na construção do Estado brasileiro. As várias reformas vividas ao longo do século passado promoveram o desenvolvimento de uma administração pública bastante capilarizada no território nacional e de um funcionalismo público robusto (embora ainda não suficiente) para dar conta, especialmente, dos serviços públicos universais propostos pela Constituição Federal de 1988 (CF/1988). No entanto, se o IBGE nos forneceu informações para conhecermos a sociedade brasileira, não podemos dizer o mesmo sobre a administração pública brasileira e o funcionalismo público. Aqui nos faltam retratos fiéis e sobram preconceitos e superficialidades.

O debate sobre o Estado brasileiro é frequentemente marcado por uma série de estereótipos, os quais geram discussões infrutíferas sobre medidas de reformas generalizantes, que não só inviabilizam sua implementação, mas seriam inefetivas. Isso porque partimos, em grande medida, de conhecimento superficial sobre o funcionalismo público. Esse debate fica ainda mais interdito e inútil quando alimentado por um conjunto de estereótipos que são propagados pela mídia e por parte da sociedade e criam uma imagem negativa dos servidores. Neste debate superficial propagado pelo senso comum, servidores públicos seriam parasitas, desqualificados, preguiçosos, marajás, com salários altos e pouca carga de trabalho. No entanto, basta andar pelos corredores da Esplanada para perceber que estes adjetivos não refletem a realidade. Vemos uma burocracia altamente qualificada, que em geral trabalha muitas horas por dia, bastante engajada e envolvida em diversos processos decisórios. Fica claro, portanto, que há uma dissonância entre

a imagem que circula no senso comum a respeito do funcionalismo e aquela que construímos quando estudamos e conhecemos de fato a administração pública. Isso não significa dizer que o funcionalismo não tenha problemas – eles são muitos –, mas os problemas são diagnosticados de maneira equivocada e, portanto, geram soluções muitas vezes ineficazes.

Talvez o maior problema (ou característica) do funcionalismo brasileiro seja sua heterogeneidade e desigualdade, como apontam Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior na introdução do livro. E conhecer o Estado brasileiro por meio de um diagnóstico acurado sobre a heterogeneidade e a desigualdades é o primeiro passo para avançarmos na construção de um Estado melhor. Nesse sentido, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) tem feito um esforço essencial ao prover o país com evidências robustas, que permitem ao Brasil conhecer o próprio Estado e a administração pública. Há alguns anos no ar, o Atlas do Estado Brasileiro compilou diversas bases de dados, que forneceram tanto à academia como à sociedade informações valiosas e muito mais precisas sobre o funcionalismo público brasileiro. A obra *Trajetórias da Burocracia na Nova República: heterogeneidades, desigualdades e perspectivas (1985-2020)* dá um passo além neste processo.

O livro nos brinda com análises originais, acuradas e baseadas em sólida evidência, que permitem desfazer vários dos sentidos comuns a respeito do funcionalismo brasileiro, como a ideia de baixa qualificação ou de excesso de gastos. Sobretudo, o conjunto excelente de capítulos retrata as diversidades, heterogeneidades e desigualdades do Estado brasileiro, suprimindo o leitor com informações qualificadas e necessárias para qualquer projeto de melhora do Estado. Como os vários capítulos vão nos mostrar, não há um funcionalismo, há diversos funcionalismos; e quaisquer medidas de mudança, reforma e aprimoramento da administração pública devem partir desta premissa. Não há, portanto, solução única, visto que a realidade é bastante diversa. É partindo desse pressuposto que os autores trazem reflexões imprescindíveis sobre alguns temas, como gastos, salários, cotas, representatividade, carreiras, distribuição da força de trabalho, perfil e trajetória do funcionalismo. Também trazem reflexões bastante originais, que permitem olhar para diferentes poderes e tipos de funcionalismo – como o Legislativo, os órgãos de controle, o Judiciário, os militares e o Poder Executivo, em diferentes esferas federativas. Há ainda um esforço para desvendar dados setoriais, olhando para saúde, educação e assistência, áreas em que se situam a maior parte do funcionalismo brasileiro e, acima de tudo, o funcionalismo mais responsável por entregar direitos sociais. Dialogando com as discussões mais relevantes atualmente no debate internacional, os autores dos vários capítulos trazem evidências importantes e uma agenda bastante frutífera de transformações. Neste livro, não faltam retratos fiéis e profundidade analítica.

Como disse no início do texto, há mais de oitenta anos, o país foi brindado com o IBGE, que permitiu ao Brasil se conhecer e exercer a cidadania planejando seu futuro. Com este livro, o Atlas do Estado Brasileiro e todo o esforço que a equipe do Ipea tem realizado, podemos agora dizer que temos informações para retratar a administração pública brasileira e, a partir disso, exercer a cidadania, pensando o futuro do país com medidas que promovam um Estado melhor.

Gabriela Lotta

**Professora e pesquisadora de administração pública
e governo da Fundação Getúlio Vargas (FGV)**

